

A etnometodologia se interessa pelos mesmos fenômenos que a sociologia. A sociologia aborda as estruturas sociais como "fatos sociais objetivos e peremptórios". Os etnometodólogos afirmam, ao contrário, que as estruturas sociais objetivas e peremptórias são constituídas por "atividades sociais estruturantes" que se denominam práticas, métodos, modos de proceder – atividades estruturantes que a sociologia ignora. A etnometodologia estuda as atividades estruturantes que aglutinam as estruturas sociais.

# ETNOMETODOLOGIA

Alain Coulon



VOZES

Uma vida pelo bom livro

ISBN 85.326.1411-6



9 788532 614117

*Handwritten signature*  
31  
07.08.2008  
OZEP  
[Redacted]



VOZES

**Alain Coulon**

---

# ETNOMETODOLOGIA

*Tradução de*  
Ephraim Ferreira Alves

SBD-FFLCH-USP



217393



VOZES

---

Petrópolis  
1995

CENTRO DE ESTUDOS  
JUDAICOS  
BIBLIOTECA  
S. PAULO

306  
C892 e P

© Presses Universitaires de France, 1987  
108, boulevard Saint-Germain  
75006 Paris

Título do original francês: *L'ethnométhodologie*

Direitos de publicação em  
língua portuguesa no Brasil:  
Editora Vozes Ltda.  
Rua Frei Luís, 100  
25689-900 Petrópolis, RJ  
Brasil

FICHA TÉCNICA:

COORDENAÇÃO EDITORIAL:  
Avelino Grassi

EDITOR:  
Antônio De Paulo

COORDENAÇÃO INDUSTRIAL:  
José Luiz Castro

EDITOR DE ARTE:  
Omar Santos

EDITORAÇÃO:  
Editoração e organização literária: Jaime A. Clasen  
Revisão gráfica: Revitec S/C  
Diagramação: Josiane Furiati  
Supervisão gráfica: Valderes Rodrigues

ISBN 2 13 043556-4 (edição francesa)  
ISBN 85.326.1411-6 (edição brasileira)

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.  
Rua Frei Luís, 100, Petrópolis, RJ - Brasil - CEP 25689-900  
Tel.: (0242)43-5112 - Fax.: (0242)42-0692 - Caixa Postal 90023  
End. Telegráfico: VOZES - Inscr. Est. 80.647.050  
CGC 31.127.301/0001-04,  
em abril de 1995.

642949

DEDALUS - Acervo - FFLCH-LE



21300121043

# Sumário

Introdução .....	7
<i>Capítulo I - Os Precusores</i> .....	9
1. Parsons e a teoria da ação .....	9
2. Schütz .....	10
3. O interacionismo simbólico .....	14
<i>Capítulo II - História do Movimento Etnometodológico</i> ..	19
1. 1949: crimes inter-raciais e definição da situação ..	19
2. 1952: a tese de Garfinkel .....	20
3. Cicourel e a constituição da "rede" .....	21
4. A difusão intelectual .....	22
5. 1967: o livro fundador .....	24
6. O crescimento do movimento .....	25
7. A difusão no exterior .....	27
<i>Capítulo III - Os Conceitos-chave da Etnometodologia</i> ..	29
1. Prática, realização .....	29
2. A indicialidade .....	32
3. A reflexividade .....	38
4. A accountability .....	42
5. A noção de membro .....	47
<i>Capítulo IV - Sociologia Leiga e Sociologia Profissional</i> ..	49
1. Conhecimento prático e conhecimento científico ..	52
2. O ator social não é um idiota cultural .....	53
3. Objetivismo e subjetivismo .....	53
4. O método documentário de interpretação .....	55
5. Um experimento .....	58

CENTRO DE ESTUDOS  
JUDAICOS  
BIBLIOTECA  
S. PAULO

6. A prática profissional . . . . .	70
7. O raciocínio sociológico prático e a análise de conversaço . . . . .	72
<i>Capítulo V – Questão de Método</i> . . . . .	79
1. A postura de “indiferença etnometodológica” . . . . .	79
2. A provocação experimental. . . . .	82
3. A contribuição metodológica de Cicourel. . . . .	83
4. Etnometodologia, etnografia constitutiva e sociologia qualitativa. . . . .	85
<i>Capítulo VI – O Trabalho de Campo</i> . . . . .	93
1. A educação. . . . .	96
2. A delinqüência juvenil . . . . .	104
3. A vida de laboratório. . . . .	109
4. A burocracia . . . . .	112
<i>Capítulo VII – Críticas e Convergências</i> . . . . .	115
1. Um ataque violento . . . . .	116
2. Um contra-senso. . . . .	119
3. Uma seita? . . . . .	122
4. Tentativa de síntese . . . . .	125
5. Marxismo e etnometodologia . . . . .	126
Conclusão. . . . .	129
Bibliografia . . . . .	131

## Introdução

A etnometodologia é uma corrente da sociologia americana, surgida nos anos 60, que se instalou inicialmente nos *campi* da Califórnia. Conquistou em seguida outras universidades americanas e européias, particularmente inglesas e alemãs. No entanto, a etnometodologia era praticamente desconhecida do público francês até a difusão de alguns textos fundadores e de comentários que começam a se multiplicar. Todavia, mais de vinte e cinco anos depois da publicação da obra fundadora de Harold Garfinkel, *Studies in Ethnomethodology*, ainda não se acha traduzida em francês. As raras traduções de textos etnometodológicos estão dispersas em algumas revistas.

A importância teórica e epistemológica da etnometodologia se deve ao fato de efetuar uma ruptura radical com modos de pensamento da sociologia tradicional. Mais que teoria constituída, ela é uma perspectiva de pesquisa, uma nova postura intelectual.

A entrada da etnometodologia em nossa cultura anuncia uma verdadeira reviravolta de nossa tradição sociológica. Essa mudança ocorre com uma ampliação do pensamento social. Dá-se hoje maior importância à compreensão que à explicação, à abordagem qualitativa do social que à quantofrenia das pesquisas sociológicas anteriores.

A pesquisa etnometodológica se organiza em torno da idéia segundo a qual todos nós somos “sociólogos em estado prático”, segundo a bela fórmula de Alfred Schütz. O real já se acha descrito pelas pessoas. A

revistas dedicam um dossiê à Etnometodologia (cf. Bibliografia no fim do volume). A partir dos meados dos anos '80, ela é ensinada na *Maison des Sciences de l'Homme*, em Paris, e em várias universidades, particularmente Paris VII (Etnologia) e Paris VIII (Ciências da Educação e Sociologia), Tolosa e Nice.

### Capítulo III

## Os Conceitos-chave da Etnometodologia

A etnometodologia forjou para si, com Garfinkel, um vocabulário particular. Mas nem sempre é novo, pois ora toma de empréstimo alguns de seus termos alhures: a indicialidade da lingüística, a reflexividade da fenomenologia, a noção de membro de Parsons; ora retoma termos da linguagem corrente modificando-lhes o sentido. É o que acontece, por exemplo, com as noções de prática ou de accountability. Mas o que acima de tudo impressiona, na etnometodologia, é a complementaridade e a solidariedade de seus conceitos. Vamos apresentar aqui os mais acessíveis para quem descobre a etnometodologia.

### 1. Prática, realização

Desde as primeiras linhas do Primeiro Capítulo dos *Studies*, intitulado "O que é a etnometodologia?", Garfinkel nos indica que seus estudos

"abordam as atividades práticas, as circunstâncias práticas e o raciocínio sociológico prático, como temas de estudo empírico. Concedendo às atividades corriqueiras da vida cotidiana a mesma atenção que habitualmente se presta aos acontecimentos extraordinários, tentaremos compreendê-los como fenômenos de direito pleno".

asp to

O interesse maior de H. Garfinkel se volta para as atividades práticas e, em particular, o raciocínio prático, quer seja profissional ou não.

A etnometodologia é a pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar as suas ações de todos os dias: comunicar-se, tomar decisões, raciocinar. Para os etnometodólogos, a etnometodologia será, portanto, o estudo dessas atividades cotidianas, quer sejam triviais ou eruditas, considerando que a própria sociologia deve ser considerada como uma atividade prática. Como observa George Psathas, a etnometodologia se apresenta como "uma prática social reflexiva que procura explicar os métodos de todas as práticas sociais, inclusive os seus próprios métodos"<sup>1</sup>. Diferenciando-se nisto dos sociólogos que geralmente consideram o saber do senso comum como "categoria residual", a etnometodologia analisa as crenças e os comportamentos de senso comum como os constituintes necessários de "todo comportamento socialmente organizado".

Os etnometodólogos têm a pretensão de estar mais perto das realidades correntes da vida social que os outros sociólogos. Torna-se necessária uma volta à experiência, e isto exige modificar os métodos e as técnicas de coleta dos dados bem como da construção teórica. Os etnometodólogos trabalham efetivamente com a hipótese que os fenômenos cotidianos se deformam quando examinados através da "grade da descrição científica". As descrições sociológicas ignoram a experiência prática do ator, considerado como um ser irracional. Os etnometodólogos rejeitam as hipóteses tradicionais da sociologia sobre a realidade social. Segundo eles, os sociólogos supõem *a priori* que um sistema estável de normas e significações partilhadas pelos atores governa todo sistema social. Os conceitos

1. G. Psathas, 1980: Approaches to the Study of the World of Everyday Life, *Human Studies*, 3, p. 3-17.

da sociologia, assim como as normas, as regras, as estruturas, provêm do fato de que a construção do dispositivo sociológico pressupõe a existência de um mundo significante exterior e independente das interações sociais. Para a sociologia essas hipóteses se tornam de fato recursos implícitos.

O que a sociologia chama de "modelos" é considerado pela etnometodologia como "as realizações contínuas dos atores". Para a etnometodologia, mesmo quando os fatos os contradizem, os sociólogos dão um jeito para encontrar explicações que se conformem a suas hipóteses preestabelecidas, em particular a da "constância do objeto". A etnometodologia substitui esta hipótese da "constância do objeto" pela de "processo".

"Onde outros vêem dados, fatos, coisas, a etnometodologia vê um processo através do qual os traços da aparente estabilidade da organização social são continuamente criados"<sup>2</sup>.

Em um artigo que se tornaria célebre, Garfinkel e Sacks afirmam (p. 353) que "os fatos sociais são as realizações dos membros"<sup>3</sup>. A realidade social é constantemente criada pelos atores, não é um dado preexistente. Por esse motivo, por exemplo, a etnometodologia dá tanta atenção ao modo como os membros tomam decisões. Em vez de fazer a hipótese, que os atores seguem regras, o interesse da etnometodologia é pôr em evidência os métodos pelos quais os atores "atualizam" essas regras. É o que as faz observáveis e descritíveis. As atividades práticas dos membros, em

2. M. Pollner, 1974: Sociological and Common-Sense Models of the Labeling Process, in: R. Turner (Ed.), *Ethnomethodology*, Harmondsworth, Penguin Books, p. 27-40.

3. H. Garfinkel e H. Sacks, 1970: On Formal Structures of Practical Action, em: J.C. McKinney e E.A. Tiryakian (Eds.), *Theoretical Sociology: Perspectives and Developments*, Nova York, Appleton-Century-Crofts, p. 337-366.

suas atividades concretas, revelam as regras e os modos de proceder. Noutras palavras, a observação atenciosa e a análise dos processos aplicados nas ações permitiriam pôr em evidência os modos de proceder pelos quais os atores interpretam constantemente a realidade social, inventam a vida em uma permanente bricolagem. Será portanto de importância capital observar como os atores de senso comum o produzem e tratam a informação nos seus contatos e como utilizam a linguagem como um recurso. Em suma, como fabricam um mundo "racional" a fim de nele poderem viver.

## 2. A indicialidade

A vida social se constitui através da linguagem: não a dos gramáticos e dos lingüistas, mas a da vida de todos os dias. Uma pessoa conversa com as outras, recebe ordens, responde a perguntas, ensina, descreve livros de sociologia, vai ao mercado para as compras, compra e vende, mente e trapaceia, toma parte em reuniões, faz entrevistas, tudo isso usando a mesma língua. A partir dessa constatação é que se desenvolve a interrogação etnometodológica sobre a linguagem.

Os sociólogos usam em suas pesquisas, em suas descrições e interpretações da realidade social, os mesmos recursos lingüísticos que o homem ordinário, a linguagem comum. Os sociólogos passam o tempo "à procura de remédios para as propriedades indiciais do discurso prático"<sup>4</sup>. Esta idéia, as expressões da linguagem ordinária são indiciais, não encontra sua origem na etnometodologia. As expressões indiciais são expressões, como por exemplo "isto", "eu", "você", etc., que tiram o seu sentido do próprio contexto. Constituíram já há muito tempo o objeto da preocupação dos

4. Garfinkel e Sacks, 1970: On Formal Structures of Practical Action, op. cit., p. 339.

lógicos e dos lingüistas. Podem-se definir como indicialidade todas as determinações que se ligam a uma palavra, a uma situação. Indicialidade é um termo técnico, adaptado da lingüística. Isto significa que, embora uma palavra tenha uma significação trans-situacional, tem igualmente um significado distinto em toda situação particular em que é usada. Sua compreensão profunda passa por "características indicativas"<sup>5</sup> e exige dos indivíduos que "vão além da informação que lhes é dada".

Isto designa portanto a incompletude natural das palavras, que só ganham o seu sentido "completo" no seu contexto de produção, quando são "indexadas" a uma situação de intercâmbio lingüístico. E ainda: a indexação não esgota a integralidade do seu sentido potencial. A significação de uma palavra ou de uma expressão provém de fatores contextuais como a biografia do locutor, sua intenção imediata, a relação única que mantém com seu ouvinte, suas conversações passadas. O mesmo se diga quanto às conversas ou quanto aos questionários utilizados em sociologia: as palavras e as frases não têm o mesmo sentido para todos, e no entanto o tratamento "científico" que o sociólogo é levado a fazer dessas conversas faz como se existisse uma homogeneidade semântica das palavras e uma adesão comum dos indivíduos ao seu sentido. A linguagem natural é um recurso obrigatório de toda pesquisa sociológica.

Para Garfinkel, as características das expressões indiciais devem ser estendidas ao conjunto da linguagem. Segundo a sua convicção, o conjunto da linguagem natural é profundamente indicial, na medida em que, para cada membro, o significado de sua linguagem cotidiana depende do contexto em que esta lingua-

5. Y. Bar Hillel, 1954 (abril): Indexical Expressions, Mind 63, 250, p. 359-387.

gem aparece. A linguagem natural não pode fazer sentido independentemente das suas condições de uso e de enunciação.

Wilson e Zimmerman (p. 57-58)<sup>6</sup> dão o exemplo desta palavra enigmática, *rosebud*, pronunciada por Kane em seu leito de morte, em *Citizen Kane*, o filme de Orson Welles. O filme é inteiramente construído em torno da busca do significado dessa palavra, o autor do roteiro nos arrasta para diversos caminhos que logo se verificam serem impasses e, no momento em que se vai renunciar, como as personagens do filme, a compreender, pode-se entrever, nos últimos segundos do filme, a palavra escrita no pequeno trenó de Kane, quando criança, que acaba de ser lançado ao fogo pelos encarregados da mudança. Só então é que se pode compreender o sentido e o caráter pungente dessa última palavra de Kane, depois de se perder em interpretações intermináveis e não satisfatórias, presos nos meandros do caráter irremediavelmente indicial do discurso e da ação<sup>7</sup>.

Essa noção de indicialidade foi transposta pela etnometodologia para as ciências sociais. Ela quer dizer que todas as formas simbólicas, como os enunciados, os gestos, as regras, as ações, comportam uma "margem de incompletude" que só desaparece quando elas se produzem, embora as próprias compleções anunciem um "horizonte de incompletude"<sup>8</sup>. As situa-

6. T.P. Wilson e D.H. Zimmerman, 1979-1980: Ethnomethodology, *Sociology and Theory, Humboldt Journal of Social Relations*, 7, 1, p. 752-88.

7. Observemos que as obras-primas de ficção, quer sejam cinematográficas ou literárias, exploram sempre a indicialidade imensa, irreduzível, da linguagem e das situações. Aqueles que são considerados como os melhores cineastas, ou os melhores escritores, parecem saber explorar melhor esses fenômenos de indicialidade, isto é, aqueles que nos permitem, não saturando o seu relato, pôr em cena o nosso imaginário.

8. H. Mehan e H. Wood, 1975: *The Reality of Ethnomethodology*, New York, Wiley-Interscience, p. 90.

ções sociais, aquelas que fazem a vida de todos os dias, têm uma interminável indicialidade, e o sociólogo se acha diante de "uma tarefa infinita de substituição por expressões objetivas das expressões indiciais"<sup>9</sup>.

Por isso Garfinkel cita Husserl que falava

"de expressões cujo sentido não pode ser decidido por um ouvinte sem que necessariamente saiba ou presuma alguma coisa sobre a biografia e os objetivos do usuário da expressão, das circunstâncias do enunciado, do curso anterior da conversação ou da relação particular da interação atual ou potencial que existe entre o locutor e o ouvinte" (*Studies*, p. 4).

Assim, diz-nos P. Pharo,

"A indicialidade não se relaciona só com esses termos, chamados pelos lingüistas de *dèicticos* (isto é, indicadores de pessoa, de tempo e lugar envolvidos na interação), mas de modo mais geral com todas as expressões da linguagem ordinária cujo sentido, enquanto ocorrência de palavras-tipos, não se pode nunca reduzir pura e simplesmente à significação 'objetiva' das palavras da expressão".

Uma expressão da linguagem corrente foi minuciosamente analisada por diversos etnometodólogos<sup>10</sup>: trata-se da expressão "et caetera". Ela desempenha muitas vezes a função de complemento de demonstração, subentende: "Você sabe muito bem o que quero dizer, não preciso insistir, definir com precisão tudo

9. P. Pharo, 1984: L'éthnométhodologie et la question de l'interprétation, em: "Arguments ethnométhodologiques". *Problèmes d'épistémologie en sciences sociales*, III, Paris, CEMS-EHESS, p. 145-169.

10. E. Bittner, 1963: Radicalism: A Study of the Sociology of Knowledge, *American Sociological Review*, 28, p. 928-940; A. Cicourel, 1970: The Acquisition of Social Structure: Toward a Developmental Sociology of Language and Meaning, em: J.D. Douglas (Ed.), *Understanding Everyday Life*, Londres, Rotledge & Kegan Paul, p. 136-168; H. Sacks, 1963: Sociological Description, *Berkeley Journal of Sociology*, 8, p. 1-16; trad. franc. Jacqueline Robert e Alain Coulon. *Cahiers de recherche Ethnométhodologique*, n. 1, abril de 1993, Laboratoire de recherche ethnométhodologique, Université de Paris VIII.

aquilo que se relaciona com aquilo que acabo de dizer, você pode facilmente completar por si mesmo, continuar a minha demonstração, encontrar outros exemplos para a minha enumeração, et caetera". A regra do "et caetera" exige que um locutor e um ouvinte aceitem tacitamente e assumam juntos a existência de significações e de compreensões comuns daquilo que se diz quando as descrições são consideradas evidentes, e mesmo que não sejam imediatamente evidentes. Isso manifesta a idéia de existir um saber comum socialmente distribuído. A isso Cicourel deu o nome de "caráter retrospectivo-prospectivo dos acontecimentos", que se acha bem "significado" na regra do "et caetera" e de suas sub-rotinas:

Expressões vagas, ambíguas ou truncadas, são identificadas pelos membros, que lhes dão significações contextuais e transcontextuais, graças ao caráter retrospectivo-prospectivo os acontecimentos que essas expressões descrevem. Os enunciados presentes dos fatos descritos, que comportam nuances ambíguas ou previsíveis, podem ser examinados prospectivamente pelo locutor-ouvinte em seus sentidos potenciais futuros, supondo assim que a completude das significações e das intenções presentes se manifestará mais tarde. Ou então comentários passados podem de repente clarificar enunciados presentes. Os princípios de completude e de conexão permitem ao ator manter um sentido da estrutura social, além do tempo dos relógios e do da experiência, a despeito do caráter deliberadamente vago, ou considerado tal, da informação transmitida pelos atores no decorrer de seus intercâmbios<sup>11</sup>.

Para os lógicos, as expressões indiciais são vistas como inconvenientes, pois não permitem enunciar proposições gerais, ou decidir acerca da verdade de uma coisa quando se ignoram as circunstâncias contextuais de sua produção. Daí, muitas vezes, os sociólogos tentarem, e de modo ainda mais geral os que se dedicam

11. A. Cicourel, 1972: *Cognitive Sociology: Language and Meaning in Social Interaction*, Nova York, Free Press, p. 87; a obra está disponível em tradução francesa: *La sociologie cognitive*, Paris, PUF, 1979.

às ciências antropológicas, extirpar as expressões indiciais, a fim de substituí-las por expressões objetivas. Mas trata-se de uma tarefa muito difícil, e mesmo impossível, pois como decidir que esta expressão é indicial, ao passo que aquela é objetiva? Por isso Garfinkel, mesmo que não tenha certamente introduzido o conceito de indicialidade, sugere que se examine de maneira diferente: as expressões indiciais não constituem expressões parasitas no decorrer de nossas conversas de cada dia. São, pelo contrário, elementos constitutivos desse discurso constituído graças ao seu uso. A linguagem cotidiana tem um sentido ordinário que as pessoas não sentem dificuldade para compreender. A inteligibilidade de nossos diálogos, mais do que sofrer por sua natureza indicial, dela depende, e é o conhecimento das circunstâncias do enunciado que nos permite atribuir-lhes um sentido preciso. E assim, ao invés de criticar a linguagem ordinária porque seria incapaz de explicar um certo número de princípios metodológicos, Garfinkel se propõe estudá-la considerando o seu caráter indicial não como um defeito, mas como uma de suas principais características, procurando como é que usamos a linguagem ordinária dando sentido, de uma maneira rotineira e banal, às expressões indiciais.

Falar de indicialidade significa igualmente que o sentido é sempre local e não tem generalização possível, contrariamente ao que nos desejariamos fazer crer as ciências antropológicas. Isto quer dizer que uma palavra, por suas condições de enunciação, uma instituição, por suas condições de existência, só podem ser analisadas tomando em conta as suas situações. Por conseguinte, a análise dessas situações indiciais nunca termina:

"A tentativa de limpar o mundo das expressões indiciais, que é uma tentativa de substituir por expressões objetivas as expressões indiciais, torna-se um tema de descrição e análise ao invés de um esforço para resolver o problema"<sup>12</sup>.

12. D. Benson e J.A. Hughes, 1983: *The Perspective of Ethnomethodology*: Londres e Nova York, Longman, p. 115.

objeto:  
um  
ordem na

### 3. A reflexividade

Pablo se acha internado em um estabelecimento de readaptação para toxicômanos. Teme represálias da parte de um outro detento recentemente posto em liberdade condicional e que em breve chegará também ao centro. Pablo entra em pânico diante da idéia de o outro achar que ele é um delator. Alguns anos antes, eles consumiam e vendiam drogas juntos. Ambos foram detidos, mas somente o outro foi condenado. Assim, Pablo acha que o outro deve pensar que ele o denunciou, mas não é verdade. Quer deixar o estabelecimento, para evitar represálias, inclusive dos seus atuais companheiros que, sabendo de sua propalada delação, poderão agredi-lo, talvez até mesmo assassiná-lo. Sua "confissão" coloca Lawrence Wieder<sup>13</sup> na pista do código implícito em vigor entre os detentos. Wieder certamente já descobrira, desde o começo do seu estudo sobre o centro, a existência de tal código, como existe em todos os centros de detenção, mas jamais tivera a ocasião, exceto no "caso Pablo", de analisar casos de delação, de ver funcionando esse código. Mas Pablo, durante uma conversa, diz a um educador do centro: "Você sabe muito bem que não sou um delator".

Os detidos falavam facilmente desse código, verdadeira ordem moral que regia seus comportamentos cotidianos, bem como dos castigos aplicados aos "puxa-sacos, delatores e aos maricas". Esse código, constantemente aplicado mas não formalizado dessa maneira pelos detidos, se referia portanto em primeiro lugar à delação, mas também por exemplo ao fato de não se queixar dos roubos de que se é vítima, compartilhar ou vender aos outros detidos a droga que se conseguiu,

13. D.L. Wieder, 1974: Telling the Code, em: R. Turner (Ed.), *Ethnomethodology*, op. cit., p. 144-172.

ajudar os outros a satisfazer o seu comportamento desviante, nunca confiar nos educadores, etc. As regras do código se tornam aos olhos dos internados máximas de conduta: por exemplo, nunca delatar é sempre ficar longe e em atitude desafiadora em face dos guardas, para mostrar claramente aos outros que não há perigo de algum dia delatar os outros tendo logo adotado uma atitude de proximidade ou simples cordialidade para com os guardas. Trata-se de um modo não verbal de dizer o código.

Wieder ilustra aquilo que denomina uma formulação reflexiva (p. 152), repetindo a expressão de Pablo: "Você sabe muito bem que não sou um delator". A análise desse enunciado faz aparecer diversos elementos:

- Enuncia o que acaba de se passar, por exemplo: "Você me convidou a delatar".
- Formula aquilo que o jovem faz quando diz: "Minha resposta é não responder".
- Formula o "motivo" da não resposta, a saber, a lei do silêncio.
- Indica a distância permanente e institucionalizada entre um detido e um educador, um vigilante ou um sociólogo.
- Corta de saída a possibilidade da solicitação potencial daquele que faz as perguntas, que está do outro lado da barreira.

Pode-se dizer que os primeiros elementos fazem referência à interação; os segundos, ao contexto institucional que funda, segundo Parsons, as relações entre os papéis. Mas se estes aspectos, como observa Widmer<sup>14</sup>, postos em destaque pela análise de Wieder, podem levar a pensar em uma demarche de análise

14. J. Widmer, 1986: *Langage et action sociale. Aspects philosophiques et sémiotiques du langage dans la perspective de l'ethnométhodologie*, Tese de doutorado em Letras, Universidade de Friburgo, Suíça.

sociológica, na realidade estamos sempre no terreno da etnometodologia. Com efeito, admite-se que tudo aquilo que é realçado pela análise permanece amplamente implícito na resposta do jovem interno. É uma maneira de atualizar o código em uma fórmula que é exigida pela situação presente, pela interação. Como a codificação do saber mágico de Don Juan, descrito por Castañeda<sup>15</sup>, é uma tradução analítica de um conhecimento vernacular, a análise da lei do silêncio, da mesma forma é também um discurso erudito, analítico, sobre uma espécie de linguagem secreta do interdito que traduz a lei implacável do grupo de delinquentes. Lei que não se formula na realidade a não ser em situação e em uma interação concreta.

Wieder apresenta de início a lei do silêncio dos jovens do centro como o faria um sociólogo descrevendo leis informais em "subculturas desviantes". Mas a seguir ele acentua o aspecto reflexivo e interacional dessas formulações. A "lei do silêncio" é constitutiva da situação. A linguagem constitui o mundo, no decorrer das atividades indiciais. Não existe um lugar a partir do qual o mundo seria produzido; ele se autoproduz. O código não é uma coisa exterior à situação. É algo de prático, com enunciados indiciais. A interação "diz" o código. Não se pode separar o código daquilo que está codificado, isto é, o interdito constantemente ativado nas ações, no momento em que surge o perigo de transgressão do interdito. Pablo corre o perigo da transgressão. O código emerge porque Pablo teme que o código lhe seja aplicado. O código não é o objeto de conversações, de comentários mundanos entre os dentes; ele é vivido. O código é geralmente tácito, mas

15. C. Castañeda, 1972: *A Journey to Iztlan*, Nova York, Simon & Schuster.

ao mesmo tempo estrutura a situação. Pode aflorar à linguagem.

Não se deve confundir a reflexividade com a reflexão. Quando se diz que as pessoas têm práticas reflexivas, isto significa que refletem sobre aquilo que fazem. Os membros não têm evidentemente consciência do caráter reflexivo de suas ações. Seriam incapazes, caso disso tomassem consciência, de dar prosseguimento às ações práticas a que se entregam. Como o frisa Garfinkel, os membros se desinteressam pelas circunstâncias práticas e ações práticas enquanto temas. Não se preocupam em teorizar e

"consideram essa reflexividade como algo evidente. Mas reconhecem, demonstram e tornam observável a cada um dos outros membros o caráter racional de suas práticas concretas – o que significa ocasionais – embora considerando essa reflexividade como uma condição inalterável e inevitável de suas pesquisas" (*Studies*, p. 9, e "Arguments", p. 61-65).

Em vez de considerar a reflexividade como um obstáculo para a manutenção e a compreensão da ordem social, Garfinkel a toma ao contrário como uma condição primeira.

A reflexividade designa portanto as práticas que ao mesmo tempo descrevem e constituem o quadro social. É a propriedade das atividades que pressupõem ao mesmo tempo que tornam observável a mesma coisa. No decorrer de nossas atividades ordinárias, não prestamos atenção ao fato de que ao falar construímos ao mesmo tempo, enquanto fazemos nossos enunciados, o sentido, a ordem, a racionalidade daquilo que estamos fazendo naquele momento. As descrições do social se tornam, assim que proferidas, partes constitutivas daquilo que descrevem:

"Para os membros da sociedade, o conhecimento de senso comum dos fatos da vida social é institucionalizado como conhecimento do mundo real. O conhecimento de senso comum não pinta apenas uma sociedade real para os membros, mas, à maneira de uma profecia que

se realiza, as características da sociedade real são produzidas pela aquiescência motivada das pessoas que já alimentam essas perspectivas" (*Studies*, p. 55).

Descrever uma situação é constituí-la. A reflexividade designa a equivalência entre descrever e produzir uma interação, entre a compreensão e a expressão dessa compreensão. E vamos ver que Garfinkel chama de *account* o suporte, o vetor, o veículo dessa equivalência. "Fazer" uma interação é o mesmo que "dizer" a interação. A reflexividade pressupõe

"que as atividades pelas quais os membros produzem e administram as situações de sua vida organizada de todos os dias são idênticas aos procedimentos usados para tornar essas situações descritíveis" (*Studies*, p. 1).

#### 4. A accountability

No prefácio aos *Studies*, escreve Garfinkel:

"Os estudos etnometodológicos analisam as atividades cotidianas dos membros como também dos métodos que fazem essas mesmas atividades visivelmente racionais e relatáveis a todos os fins práticos, isto é, descritíveis (*accountable*), enquanto organização ordinária das atividades de todos os dias".

Louis Quéré<sup>16</sup> sublinha "duas características importantes da *accountability*: ela é reflexiva, é racional. Dizer que ela é reflexiva é o mesmo que sublinhar que a *accountability* de uma atividade e de suas circunstâncias é... um elemento constitutivo dessas atividades". Dizer que é racional significa "sublinhar que ela é metodicamente produzida em situação, e que as atividades são inteligíveis, podem ser descritas, e avaliadas sob o aspecto de sua racionalidade". Quéré vai pedir emprestados de Garfinkel quatro exemplos de *accountability*: o estudo do Centro de Prevenção do

16. L. Quéré, 1984: *L'argument sociologique de Garfinkel*, em: "Arguments ethnométhodologiques", p. 100-137.

Suicídio de Los Angeles (SPC em inglês), o caso Inês, a descoberta do pulsar ótico e enfim uma conversação ordinária relatada e analisada nos *Studies*. Examinaremos os dois primeiros exemplos neste capítulo; vamos nos encontrar de novo com os dois outros quando apresentarmos os terrenos de aplicação da etnometodologia.

O estudo das atividades do SPC aparece no primeiro capítulo dos *Studies*. Este Centro realiza, a pedido do juiz, pesquisas sobre casos de morte não natural. Deve estabelecer se se trata de suicídio ou de outra coisa. Garfinkel quer saber se as sondagens do pessoal do SPC são comparáveis, por seu procedimento de senso comum e de sociologia leiga, às deliberações do júri de um tribunal, à seleção dos doentes para um tratamento psiquiátrico ou aos procedimentos de codificação do conteúdo de dossiês médicos por estudantes de sociologia, bem como "aos procedimentos profissionais, dos mais diversos, aplicados na realização de uma sondagem antropológica, lingüística, psiquiátrica ou sociológica". Na conclusão deste mesmo capítulo, Garfinkel enuncia algumas recomendações que constituem um elemento importante de metodologia em matéria de pesquisa etnometodológica.

Quéré comenta essas recomendações sublinhando que existem dois níveis de análise: o da auto-organização do Centro de Pesquisas – o SPC – e o dos *accounts*, ou da representação do outro:

"No primeiro nível o SPC se auto-organiza como realidade objetiva ordenada, finalizada, dotada de racionalidade e coerência. Esta auto-organização se traduz por arranjos materiais, por uma divisão do trabalho, pela definição de procedimentos de pesquisa, de procedimentos de constituição e de revisão de dossiês, de métodos de arquivamento, pelo acúmulo de recursos (informações, redes de informações, agendas com endereços, etc.). No segundo nível, o organismo constrói, mediante práticas de investigação e interpretação sobre si mesmo, *accounts* em que ele se lança no palco como se fosse realidade

objetiva, dotada de identidade, finalidade e estrutura de ordem (racionalidade, coerência, eficiência, clareza...). Os membros têm à sua disposição, a partir dos *accounts*, que lhes são fornecidos e que contribuem para produzir, uma representação do organismo como realidade objetiva, racionalmente ordenada em função de fins ou de razões sociais. Esses *accounts*, deste modo, são parte integrante de suas circunstâncias práticas e informam a sua atividade de pesquisa; fornecem-lhes recursos para ao mesmo tempo garantir a inteligibilidade, a descritibilidade e a racionalidade de suas práticas e produzi-las como práticas ordenadas e racionais" (Quéré, p. 104).

Aqui se pode compreender que os etnometodólogos procuram definir e teorizar a *accountability*, dizer em que os *accounts* são "informantes" ou "estruturantes" da situação de enunciação<sup>17</sup>.

O segundo exemplo proposto por Quéré é a história de Inês, que ocupa todo o quinto capítulo dos *Studies*.

Inês é um transexual que decidiu tornar-se mulher e pediu para ser operado na clínica da UCLA, onde se apresentou em 1958, quando tinha 19 anos. Mandou extrair o pênis e substituí-lo por uma vagina. Garfinkel intervém no caso a título de perito no contexto de uma pesquisa sobre a transexualidade, organizada pela clínica. Durante 35 horas ele conversa com Inês, que a esta altura trabalha como secretária. Ele a descreve como

"uma moça bonita, com medidas impressionantes, uma pele feminina, totalmente imberbe, maquiagem discreta, de porte fino, com pés um pouquinho grandes, voz doce, feminina, mas grave".

Garfinkel mostra que Inês deve continuamente exibir, em todas as atividades da vida cotidiana, as características culturais da mulher considerada "nor-

17. D.H. Zimmermann e M. Pollner, 1970: *Understanding Everyday Life*. Londres, Routledge & Kegan Paul.

mal". Essa produção de seu ser-mulher é uma tarefa prática que não cessa, jamais acabada, pois ela não possui um domínio rotineiro da feminilidade. Ela deve ao contrário controlar continuamente as próprias atitudes, quando come, quando vai à praia ou quando dissimula a sua anatomia diante da amiga com a qual partilha o apartamento. Mostra assim, segundo a fórmula cara a Simone de Beauvoir: "Ninguém nasce mulher; torna-se". Em geral se nasce em um corpo de varão ou de mulher, mas em seguida é preciso tornar-se culturalmente um rapaz ou uma moça e mostrar ao mesmo tempo para o próprio círculo o caráter efetivo da masculinidade ou da feminilidade.

A *accountability*, aqui, é esta "exibição" da personalidade sexual nas atividades e nos comportamentos de cada dia. É sua declaração constantemente renovada, ao passo que de modo geral ela se vive como natural por ser rotineira. Mas Inês deve tomar cuidado no modo como faz essa "auto-apresentação", a fim de se mostrar como um "caso da coisa real". O trabalho de instituição da sexualidade em cada um de nós é geralmente escondido e olvidado, mais ou menos como em Karl Marx os produtores esquecem a produção da mercadoria no processo da reificação<sup>18</sup>. Essa reificação e esse esquecimento surgem como efeito das

"disposições mediante as quais a sociedade esconde de seus membros as suas atividades de organização e os leva assim a apreender os seus traços como objetos determinados e independentes" (*Studies*, p. 182).

Dizer que o mundo social é *accountable* significa que ele é algo disponível, isto é, descritível, inteligível, relatável, analisável. Essa analisabilidade do mundo social, a sua descritibilidade e sua objetividade se mostram nas ações práticas dos atores. O mundo não

18. Sobre este processo de reificação, cf. J. Gabel, 1962: *La fausse conscience*. Paris, Minuit.

é dado de uma vez por todas. Ele se realiza em nossos atos práticos.

Então a etnometodologia

"aborda os relatos do mundo social feitos pelos seus membros como realizações em situação, não como índices daquilo que se passa verdadeiramente. A etnometodologia, de modo geral, se preocupa em elucidar a maneira como os relatórios ou relatos, ou as descrições de um acontecimento, de uma relação ou de uma coisa, são produzidos em interação, de tal modo que atingem um estatuto metodológico claro, por exemplo estabelecido ou ilusório, objetivo ou subjetivo etc."<sup>19</sup>

Contrariamente ao que às vezes se pretende, os etnometodólogos não tomam como descrições da realidade social os relatórios dos seus atores. A análise desses relatos ou relatórios não lhes é útil a não ser na medida em que mostra como os atores reconstituem permanentemente uma ordem social frágil e precária, a fim de se compreenderem e serem capazes de intercâmbio. A propriedade dessas descrições não é a de descrever o mundo, mas de lhes mostrar sem cessar a constituição. É o sentido que se deve dar, em todos os estudos etnometodológicos, à expressão, tão repetitiva e tão misteriosa, de *account*: se eu descrevo uma cena da minha vida cotidiana, não o faço enquanto ela me "diria" o mundo que minha descrição pode interessar a um etnometodólogo, mas enquanto essa descrição, em se realizando, "fabrica" o mundo, o constrói. Tornar o mundo visível significa tornar a minha ação compreensível, descrevendo-a, pois eu mostro o seu sentido pela revelação a outrem dos processos pelos quais eu a relato.

19. D.H. Zimmerman, 1976: A Reply to Professor Coser, *The American Sociologist* 11 (fev.), p. 4-13.

## 5. A noção de membro

No vocabulário etnometodológico a noção de membro não se refere à pertença social mas ao domínio da linguagem natural:

"A noção de membro constitui o fundo do problema. Não usamos o termo em referência a uma pessoa. Refere-se sobretudo ao domínio da linguagem comum, que ouvimos da maneira seguinte. Afirmamos que as pessoas, por causa do fato de falarem uma linguagem natural, acham-se de certa forma empenhadas na produção e na apresentação objetivas do saber de senso comum de seus negócios cotidianos enquanto fenômenos observáveis e relatáveis.

Com uma freqüência e uma insistência universais, os membros empregam fórmulas destinadas a remediar o caráter indicial de suas expressões e, concretamente, procuram substituir as expressões indiciais por expressões objetivas"<sup>20</sup>.

Parece até que Garfinkel teria passado da concepção parsoniana da noção de membro, que insistia na *collectivity membership*<sup>21</sup>, isto é, o fato de pertencer a uma comunidade, àquela, mais "lingüística", que sublinha o domínio da linguagem natural.

Mais recentemente, conversando com Bennetta Jules-Rosette<sup>22</sup>, Garfinkel volta a usar o conceito de membro e rejeita mais nitidamente ainda que em 1970 a definição parsoniana do "membro":

"Em uma fórmula-manifesto, falo da produção local e do caráter naturalmente 'disponível-e-favorável' da ordem social. Nossas pesquisas nos remetem fatalmente a Merleau-Ponty, para reaprender o que ele nos ensinou: a nossa familiaridade com a sociedade é um milagre sem

20. H. Garfinkel e H. Sacks, 1970: On Formal Structures of Practical Action, *op. cit.*, p. 342.

21. Garfinkel indica mui claramente, nas notas das páginas 57 e 76 dos *Studies*, que a expressão *collectivity membership* deve ser tomada exatamente no sentido que lhe é atribuído por T. Parsons, em *The Social System* particularmente.

22. B. Jules-Rosette, 1985: Entretien avec Harold Garfinkel, *Sociétés*, n. 5, setembro, vol. I, p. 35-39.

cessar renovado. Essa familiaridade, tal como a concebemos, abrange o conjunto das realizações da vida cotidiana como práticas que se acham na base de toda forma de colaboração e de interação. Temos que falar das aptidões que, enquanto competência vulgar, são necessárias para as produções constitutivas do fenômeno cotidiano da ordem social. Resumimos essas competências introduzindo a noção de 'membros'.

Usar a noção de 'membros' é algo que envolve riscos. Na sua acepção mais comum, para nós ela é pior que inútil. O mesmo se diga quanto aos conceitos de 'pessoas particulares' ou 'indivíduos'. Certos sociólogos insistem, e segundo eles em harmonia conosco, que temos de conceber membros como indivíduos coletivamente organizados. Nós rejeitamos redondamente essa alegação. Para nós, as 'pessoas', 'pessoas particulares' e 'indivíduos' não passam de aspectos observáveis de atividades ordinárias".

*sim*  
Tornar-se um membro significa filiar-se a um grupo, a uma instituição, o que exige o progressivo domínio da linguagem institucional comum. Essa filiação repousa sobre a particularidade de cada um, sua maneira singular de enfrentar o mundo, de 'estar-no-mundo' nas instituições sociais da vida cotidiana. Uma vez ligados à coletividade, os membros não têm necessidade de se interrogar sobre o que fazem. Conhecem as regras implícitas de seus comportamentos e aceitam as rotinas inscritas nas práticas sociais. Com isso não se é um estranho à própria cultura e, ao invés, os comportamentos e as perguntas de um estrangeiro podem nos parecer estranhos.

Um membro não é portanto apenas uma pessoa que respira e pensa. É uma pessoa dotada de um conjunto de modos de agir, de métodos, de atividades, de *savoir-faire*, que a fazem capaz de inventar dispositivos de adaptação para dar sentido ao mundo que a cerca. É alguém que, tendo incorporado os etnométodos de um grupo social considerado, exhibe "naturalmente" a competência social que o agrega a esse grupo e lhe permite fazer-se reconhecer e aceitar.

*membro*

## Sociologia Leiga e Sociologia Profissional

Em 1967, um encontro organizado em Purdue reuniu durante dois dias cerca de duas dezenas de sociólogos, que lá estavam para discutir sobre a etnometodologia. Durante esse colóquio Harold Garfinkel foi convidado pelo Presidente da sessão a precisar as relações entre a etnometodologia e a etnociência, e a se explicar assim sobre as origens da palavra<sup>1</sup>.

Ele então contou como, em 1954, fora levado a trabalhar com Fred Strodbeck e Saul Mendlovitz, que então lecionavam na Faculdade de Direito de Chicago, sobre uma pesquisa que estavam efetuando acerca dos jurados dos tribunais. Strodbeck tinha secretamente instalado microfones na sala de deliberações do tribunal de Wichita, a fim de gravar as deliberações dos jurados. Garfinkel se deixara impressionar pelo fato de que os jurados, sem serem formados nas técnicas jurídicas, eram capazes de examinar um crime e pro-

1. As atas deste colóquio foram publicadas por Richard J. Hill e Cathleen Stones Crittenden (Eds.), 1968: *Proceedings of the Purdue Symposium on Ethnomethodology*, Institute Monograph Series, n. 1, Institute for the Study of Social Change: Purdue University (Review Symposium in *American Sociological Review*, 33, 1968). A entrevista de Garfinkel (p. 5-11) foi depois parcialmente reproduzida em Turner, 1974, *op. cit.*, p. 15-18. Esse extrato foi por sua vez traduzido em "Arguments ethnométhodologiques", p. 60-70, assim como em *Sociétés*, n. 5, 1985, vol. 1, p. 5-6.